

# Deputados estaduais em tempos de competição eleitoral: trajetórias e recursos (Ceará, 1945-1964)<sup>1</sup>

## State deputies in times of electoral competition: trajectories and resources (Ceará, 1945-1964)

Alexandre Barbalho<sup>2</sup>  
alexandre.barbalho@uece.br

### Resumo

*O objetivo deste artigo é analisar os recursos mobilizados pelos deputados eleitos nas cinco disputas para a Assembleia Estadual do Ceará ocorridas no período democrático de 1945 a 1964. A hipótese é que estes agentes detinham multinotabilidade e trunfos diversificados reconvertidos na carreira política tornando-os competitivos. A pesquisa apoiou-se em dados quantitativos sobre os resultados das eleições e em base de dados biográficos utilizada na análise sociográfica da trajetória dos agentes. Concluiu-se que o sucesso dos agentes analisados não se deveu ao fato de deterem multiposicionalidade e multinotabilidade mas devido a recursos comuns à lógica da reprodução direta, ou seja, os econômicos, políticos e sociais herdados da família.*

**Palavras-chave:** *Competição Eleitoral; Poder Legislativo; Trajetória; Ceará*

### Abstract

*The purpose of this article is to analyze the resources mobilized by the deputies elected in the five disputes for the Ceará State Assembly that took place in the democratic period from 1945 to 1964. The hypothesis is that these agents had multinotabilities and diversified resources converted into a political career making them competitive. The research was based on quantitative data from the results of the elections and on biographical data used in the sociographic analysis of agents' trajectory. It was concluded that the success of the analyzed agents was not due to the fact that they hold multipositionality and multinotability, but due to resources common to the logic of direct reproduction, that is, the economic, political and social resources inherited from the family.*

**Keywords:** *Electoral Competition; Legislative Power; Trajectory; Ceará*

<sup>1</sup> A pesquisa que deu suporte a este artigo contou com os bolsistas de Iniciação Científica Reydon Gadelha Moreira (CNPq) e Charlyne Moraes (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP). O autor agradece as contribuições dos/as pareceristas para o estabelecimento desta versão final do trabalho.  
<sup>2</sup> Professor do PPG em Sociologia e do PPG em Políticas Públicas da UECE. E-mail: alexandre.barbalho@uece.br

Após a era Vargas, o sistema político brasileiro não poderia mais ser o mesmo da já "velha" Primeira República. Primeiro, ocorreram modificações após a revolução de 1930, como a criação da Justiça Eleitoral, o estabelecimento do voto secreto e a expansão do sufrágio com a incorporação ao mercado eleitoral do voto feminino. E no período democrático que se iniciou em 1945, as novas normas estabeleceram que os partidos passariam a atuar nacionalmente, em contraposição à lógica dos partidos estaduais da chamada "república oligárquica". Uma das principais consequências desse conjunto de modificações foi o estabelecimento da competição eleitoral como regra e não como exceção, o que não tinha ocorrido no período anterior do sistema republicano brasileiro.

É certo que análises mais recentes sobre a Primeira República relativizam a afirmação consagrada de que naquele momento não houve disputas e de que se tratava de um regime estável, em especial depois da implantação da "política dos governadores" pelo presidente Campos Sales (Gomes e Abreu, 2009). Como indicam esses estudos, as divergências intraelites eram uma constante e se expressavam de forma mais ou menos acirrada a depender do controle das oligarquias sobre suas dissidências internas e do nível em que se encontravam as querelas. Como destacam Fernando Limongi (2012) e Paolo Ricci e Jacqueline Porto Zulini (2014), as rixas entre os coronéis e suas facções eram uma realidade corrente no contexto municipal. No entanto, quando essas disputas não eram resolvidas por outros meios, incluído o recurso à violência física, e chegavam ao processo eleitoral, os resultados dependiam de um complexo sistema de apuração (e depuração) envolvendo interesses e instâncias desiguais de poder nos municípios, nos estados e no âmbito federal, com vistas a diminuir o índice de renovação no Congresso e mantê-lo homogêneo (Ricci e Zulini, 2013; Viscardi, 2015; 2016; Viscardi e Figueiredo, 2019).

Antes do período em análise, é plausível afirmar que ocorreu competição eleitoral nas eleições em 1933, para a Constituinte Federal, e em 1934, para as Constituintes Estaduais e para a Câmara Federal, antes da interrupção do processo eleitoral com o Estado Novo. Na avaliação de Thiago Silva e Estevão Silva (2015), trata-se das primeiras eleições sem recurso à "degola" dos candidatos de oposição eleitos que, desse modo, puderam assumir seus cargos<sup>3</sup>. Havia também um quadro partidário mais

difuso e diverso, ainda que os partidos permanecessem regionais ou estaduais. Para Vargas e seu grupo, a competição interessava naqueles anos iniciais de seu regime pois era uma forma de ganhar espaço no sistema político e enfraquecer as oligarquias tradicionais e seus partidos.

Se o sistema político do período de 1945 a 1964 não é o mesmo da Primeira República, as práticas eleitorais não mudaram substancialmente, levando em consideração, por exemplo, a permanência do "fazer eleitores", isto é, alistar indivíduos e, em épocas de eleição, transportá-los para os locais de votação e municiá-los com as cédulas já preenchidas com os candidatos. Assegurava-se assim o voto, primeiro passo para se "fazer a eleição". Não se tratava, contudo, de recurso ilícito, pois estava previsto na Lei Agamenon de 1945, que estabeleceu as regras das primeiras eleições pós-Estado Novo, e se manteve no Código Eleitoral de 1950, promulgado com apoio dos dois grandes partidos da época, o PSD e a UDN.

Nesse contexto, "fazer eleitores" não garantia a vitória de um político específico, pois era um artifício utilizado por todos os partidos, quando não por todos os candidatos, e no país inteiro<sup>4</sup>, o que revela o aumento exponencial de votantes no período em análise. Como defende Fernando Limongi, instalava-se, desse modo, a competição inter e intra-partidária nas eleições brasileiras e se impunha ao mercado eleitoral um grau razoável de incerteza. Segundo o autor, "o controle sobre o eleitor não é suficiente para eliminar a competição eleitoral", do mesmo modo que "a independência dos eleitores não é condição necessária para a emergência de eleições competitivas" (Limongi, 2015, p. 372). Com esta "ruptura fundamental" na política do país, se instaurou, de fato, sua primeira "experiência democrática", uma vez que a situação passou a sofrer derrotas e a oposição chegou ao poder<sup>5</sup>.

Ao analisar comparativamente a eleição presidencial de 1930, considerada a mais disputada da Primeira República, e a de 1945, Fernanda Machado (2018) conclui que na primeira, dado o controle das elites estaduais sobre os eleitores, os resultados foram previsíveis e os únicos logicamente possíveis. Na segunda, ao contrário, a pesquisadora constatou uma alteração nos padrões de distribuição dos votos que indicava a capacidade da oposição de se organizar, mobilizar eleitores e contestar os resultados<sup>6</sup>. Esse padrão de competitividade também foi encon-

<sup>3</sup> A Comissão Verificadora de Poderes da Câmara dos Deputados tinha o poder de reconhecer ou não os deputados eleitos pelos estados. Quando ocorria de um candidato vencedor ser do partido de oposição, era usual que a Comissão julgasse a vitória como resultado de fraude eleitoral e não diplomasse o político. Esse processo ficou conhecido como "degola". Para uma discussão sobre o uso e o alcance do expediente da "degola" ver Ricci e Zulini (2012).

<sup>4</sup> A esse respeito ver, por exemplo, Fernandes (2002) para o caso de Goiás e Asturian (2019) para o Rio Grande do Sul.

<sup>5</sup> Como demonstra Juliana Oliveira (2019), a própria legislação vinha se adaptando a cada eleição, por meio de reformas incrementais, com o intuito de garantir que os agentes individuais (eleitores e candidatos) e coletivos (partidos) do sistema político continuassem a acreditar que valia à pena competir.

<sup>6</sup> Com o multipartidarismo e a competição eleitoral, colocava-se ao presidente eleito uma situação inédita na lógica da política brasileira, qual seja, a necessidade de compor o governo com representantes de vários partidos, algumas vezes inclusive da oposição. Como ressalta Argelina Cheibub Figueiredo (2007), por exemplo, a UDN não apenas ocupou ministérios nos governos aos quais se opunha, como os quadros recrutados estavam entre suas mais importantes lideranças.

trado nas eleições estaduais de 1947, segundo a análise de caso que fez de São Paulo.

As considerações que seguem alinham-se a esta corrente de revisão do período em análise que, desde os anos 1960, foi qualificado de "populista", adjetivação responsável por encobrir uma experiência democrática liberal e representativa complexa e em vias de consolidação (Gomes e Ferreira, 2018). Não se trata de fazer qualquer valoração da democracia brasileira no período, o que implicaria recorrer à difícil discussão de teor normativo sobre sua natureza [da democracia] ou o que a mantém (Przeworski *et al.*, 1997) e sua relação com a competição eleitoral (Bartolini, 1999). O que se argumenta simplesmente é que ocorreu um incremento na competitividade política a partir de parâmetros objetivos e relacionados entre si, a saber: compromisso institucional, pluralismo partidário e reconhecimento do vencedor, configurando-se um quadro de "incerteza referencial", para usar o termo de Adam Przeworski (1984), ou seja, quando ninguém pode ter certeza de que sairá eleito, mas, em sendo, sabe que será reconhecido como tal<sup>7</sup>.

Partindo desse pressuposto, o objetivo deste artigo, parte de uma pesquisa mais ampla sobre as elites cearenses da segunda metade do século XX, é analisar os recursos mobilizados pelos agentes políticos que foram eleitos em todas as disputas para a Assembleia Estadual do Ceará ocorridas no período em análise (1947, 1950, 1954, 1958 e 1962). Trata-se de um feito extraordinário levando em consideração a pesquisa de André Marengo dos Santos (2000) que revela os elevados índices de renovação do parlamento brasileiro nos pleitos realizados entre 1948 e 1998. Isso se comprova no fato de que, no caso cearense, em 1947, 1950, 1954, 1958 e 1962 foram eleitos, ao total, 144 deputados estaduais, fora os suplentes, e somente cinco conseguiram conquistar todas as candidaturas: Franklin Gondim Chaves, Joel Marques e Almir Santos Pinto do PSD e Manoel de Castro Filho e José Napoleão de Araújo da UDN<sup>8</sup>.

O intuito, neste momento inicial da pesquisa, não é estabelecer comparações, mas construir um quadro de trajetórias vitoriosas e recursos mobilizados de modo a contrastar com o momento posterior (1964-1984) a partir do mesmo critério de delimitação do *corpus* empírico (deputados eleitos em todos os pleitos) e analisar que modificações o regime militar impôs às carreiras políticas e aos tipos de recurso.

A questão principal que se procura responder, portanto, é: quais os recursos operados por estes agentes para se saírem vitoriosos nas referidas competições eleitorais? A hipótese é a de que, para se diferenciarem da concorrência, deveriam deter múltiplas bases de atuação (multiposicionalidade) nas quais seriam reconhecidos como notáveis (multino-

tabilidade) para assim angariar trunfos diversificados a serem reconvertidos na carreira política, tornando-os competitivos. Esta formulação converge com aquela de Leticia Canêdo de que, entre 1945 e 1964, não era mais possível basear-se somente nos benefícios próprios à lógica da reprodução direta (patrimônio herdado e diploma de prestígio) para se iniciar na carreira política. Doravante, seria necessário recorrer a "modos diversos de acumulação e de conservação do saber político, formas particulares de tirar proveito dele e diferenças impostas pelas maneiras distintas de aquisição e de transmissão das práticas" (Canêdo, 2002, p. 173).

Além desta introdução e das conclusões, o artigo possui três seções. Na primeira, faz-se um debate sobre a noção de domínio e sua implicação para os estudos sobre trajetórias e carreiras das elites políticas brasileiras. Na segunda, trata-se de analisar a competitividade destes políticos a partir de suas performances nas cinco eleições realizadas. Com isso, se pretende observar a efetividade do pressuposto da existência de competição eleitoral no período em análise a partir do estudo de caso. Para tanto, se apoiará em dados quantitativos fornecidos pelo Tribunal Eleitoral do Ceará.

Na terceira seção, se analisará os resultados obtidos com a base quantitativa tendo como referência a trajetória social dos deputados elaborada a partir de uma base de dados biográficos. A fonte principal foi a publicação do Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará com os perfis dos deputados eleitos na 16<sup>o</sup> Legislatura - 1963-1966 (Ceará, 2009) e, secundariamente, o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, bem como pesquisas acadêmicas e sites mantidos por memorialistas, familiares ou amigos sobre os agentes analisados.

## 1. A noção de domínio e os estudos sobre elite política brasileira

A hipótese da pesquisa se apoia nas análises de Eliana Reis e Igor Grill sobre os profissionais da elite política brasileira, em especial a parlamentar. Sustentando-se em variáveis e indicadores que procuram dar conta da diversidade de origens sociais (geográfica, familiar, escolar, etc.), dos padrões de carreiras (sequência de cargos e postos ocupados no espaço político etc.) e das identificações ideológicas das lideranças políticas, os autores apontam a precariedade entre as fronteiras que "delimitam os espaços e os registros de atuação de agentes mais ou menos especializados em determinadas atividades" e a vulnerabilidade

<sup>7</sup> A prática de disputas competitivas, resultados aceitos e vencedores reconhecidos por parte dos derrotados está longe de ser a regra nas experiências eleitorais, como demonstra Przeworski (2015), ao analisar 3.000 eleições em várias partes do mundo de 1788 até 2008.

<sup>8</sup> Esta constatação não implica afirmar que os demais deputados tenham sido necessariamente derrotados e saído da elite política cearense. Pelo contrário, muitos seguiram a carreira como deputados federais ou foram recrutados para assumir cargos no primeiro escalão dos governos federal, estadual e municipais, além dos que se tornaram prefeitos.

"das divisas entre domínios de atuação e lógicas de intervenção, sobretudo políticas e culturais" (Reis e Grill, 2017, p. 141-142).

Esta constatação estimula o exame de como se colocam as chances de circulação e afirmação desses profissionais a partir de determinados recursos, propriedades e trunfos. Situando-se nessa linha de abordagem sobre as elites, o artigo investiga se e como os agentes analisados são levados a desenvolverem uma variedade de estratégias de reprodução que deem conta tanto de "microcosmos relativamente institucionalizados", quanto daqueles dependentes de investimentos e trunfos personificados (Reis e Grill, 2018). Isso permitiria a circulação e a afirmação desses agentes e seus recursos em espaços compósitos que se constituem como "configurações de arranjos híbridos".

Daí o procedimento teórico-metodológico, defendido pelos autores, de utilizar a noção de domínio ou, mais especificamente, de "domínios de atuação de elites", como alternativa ao conceito de campo em Bourdieu<sup>9</sup>. Os domínios são "amoldados por uma multidimensionalidade de princípios (ideológicos, burocráticos, éticos, estéticos, religiosos, políticos, profissionais etc.) orientadores das práticas", evidenciando as "relações pessoais e atributos personalizados como posses complementares entre si e indispensáveis à *multinotabilização* de agentes nos distintos domínios, assim como às possibilidades de trânsito entre eles" (Reis e Grill, 2017, p. 141-142 – itálico no original)<sup>10</sup>. A noção de domínio permite ativar, no mínimo, duas estratégias metodológicas: 1. delimitar espaços sociais que, se não estão encerrados em esferas relativamente autônomas, não deixam de cobrar uma certa autonomização das práticas; 2. delimitar espaços de atuação e disputa entre agentes em seus vínculos em múltiplas posições (multiposicionalidade).

Nesse sentido, é possível falar em elites (política, econômica, burocrática, intelectual) sem cair no problema do pluralismo elitista que fragmenta e autonomiza as relações de poder posto que os domínios são relacionais. Assim, por exemplo, a elite política não pode ser pensada como independente da elite econômica, mas também não se trata de subsumir uma à outra.

Em outras palavras, a noção de domínio proporciona lidar com as duas lógicas do poder, a estrutural e a estratégica. Recorrendo ao debate que Codato e Perissinotto promovem entre as teorias marxista e elitista, entende-se que a referida noção permite compreender que, se "as elites agem num contexto estrutural que restringe suas ações/opções e redefine o sentido de suas estratégias a despeito de suas intenções iniciais e dos seus pro-

jetos", elas também "fazem escolhas, traçam táticas, redefinem decisões, calculam o alcance de suas possibilidades de poder e, por conseguinte, afetam com isso a dinâmica real do mundo social e do mundo político" (Codato; Perissinotto, 2009, p. 151).

A pesquisa também dialoga com as questões colocadas por Codato quando investiga a formação do campo político profissional no Brasil. O autor, referenciando-se no universo empírico das elites parlamentares paulistas, levanta a hipótese de que, entre 1930 e 1950, teria ocorrido uma renovação ampla (geracional, social, econômica e ideológica) das elites políticas brasileiras, inclusive com o recrutamento de alguns membros oriundos das camadas médias (profissionais liberais), e uma profissionalização do pessoal político. Esta transformação teria sido induzida pelo governo Vargas, em particular durante o Estado Novo, com o intuito de "afastar a ideia de uma progressão regular marcada pela profissionalização desinteressada das práticas e pela racionalização abstrata da organização estatal no curso do período ditatorial" (Codato, 2008, p. 90).

Codato propõe dois sentidos para esse fenômeno de "profissionalização política". O primeiro, mais descritivo, se refere à predominância do político profissional no sistema partidário nacional e que se distingue de seus antecessores por reunir quatro características: "vocaçào precoce para a atividade política; carreira política extensa; recursos extraídos tão somente das posições políticas ocupadas; e qualidades políticas ordinárias: boa figura, domínio da retórica, capacidade de negociação etc (Codato, 2008, p. 90-91). O segundo, mais substantivo, diz respeito ao programa de comutação promovido com a profissionalização onde um "tipo social" de político, o "notável", cede espaço para um outro, o "especialista", seguido da conversão da natureza dos recursos legítimos no domínio político.

Ora, como se comportam, a esse respeito, as elites políticas cearenses, cujas carreiras se dão em um ambiente social tão distinto do paulista? A literatura mais estabelecida sobre as elites do estado sugere a permanência entre 1945 e 1964 de padrões políticos vigentes desde a Primeira República. É o caso de Josênio Parente (2000), em seu estudo sobre as relações entre conservadorismo e modernidade nas elites cearenses, ao defender que o poder político dessas elites se baseava "no controle do voto de uma população dependente, situada sobretudo no meio rural" (Parente, 2000, p. 58).

A permanência de uma política com características pouco renovadas, onde permaneceriam operantes o patriarcalismo, o

<sup>9</sup> Reis e Grill (2018) propõem a noção de domínio pois avaliam que não é possível encontrar, no caso brasileiro, as propriedades constituidoras específicas de um campo, tal como definidas por Bourdieu. Para lidar com a abertura de investigações proporcionada pelo sociólogo francês acerca da estruturação do poder, se faz necessário elaborar noções alternativas, como a proposta pelos autores. Considerações sobre os limites do referencial teórico bourdieano têm sido feitas, inclusive, por antigos colaboradores como Luc Boltanski (2005) e Bernard Lahire (2017).

<sup>10</sup> A noção de notabilidade ou de notável é utilizada por Reis e Grill, a partir de Weber, para se referir àqueles que convertem "a estima decorrente da sua origem social, da sua fortuna ou de recursos passíveis de serem distribuídos aos seus seguidores em posição de poder" (Reis e Grill, 2015, p. 333), mas de modo a contemplar não apenas o nobre que vive "para" e não "da" política (Weber, 1974), mas também os "novos notáveis", "agentes específicos que conseguem reunir e mobilizar suportes de reputação pessoal em domínios e lógicas específicos ou múltiplos" (Reis e Grill, 2015, p. 333).

mandonismo e o ruralismo com as devidas adaptações, atravessaria o governo Vargas e alcançaria o Regime Militar, pelo menos em alguns de seus setores. A esse respeito, Irllys Barreira (1994) afirma que a insipiente urbanização do sertão cearense não eliminou tais práticas, pois o coronelismo de base rural e urbana se corporificou como uma forma tradicional de mando político. Exemplar é o caso da família Bezerra, estudado por Auxiliadora Lemenhe (1996), cujo patriarca era proprietário rural e seus descendentes, a despeito de diversificarem e modernizarem os negócios familiares, incluindo investimentos na indústria e no setor financeiro, cresceram na política municipal e posteriormente estadual, sempre com esteio da rede de fidelidade construída à base de relações clientelistas em sua região natal, o Cariri.

Nas seções que seguem, em diálogo com o debate estabelecido com a literatura sobre elites políticas no Brasil exposta acima, se analisará o caso da disputa eleitoral cearense no âmbito do legislativo estadual a partir das trajetórias e carreiras de Franklin Gondim Chaves, Joel Marques, Almir Santos Pinto, Manoel de Castro Filho e José Napoleão de Araújo.

## 2. A competitividade eleitoral: o que mostram os números

Nesta seção se analisa a performance dos cinco políticos nas eleições de 1947, 1950, 1954, 1958 e 1962, com o objetivo de obter um quadro do quão competitivo estes agentes foram.

As eleições de 1947 no Ceará tiveram 279.597 votantes e foram favoráveis à UDN no que diz respeito ao poder executivo. Seu candidato, Faustino Albuquerque, foi eleito governador com 54,23% dos votos e o candidato do PSD, Onofre Gomes do PSD, obteve 45,77% (Tabela 01).

Se a UDN conseguiu emplacar o governador e o senador, Fernandes Távora, não obteve o mesmo sucesso na Assembleia Legislativa. Das 45 vagas em disputa, 19 foram conquistadas pelo PSD, 16 pela UDN, 07 pelo PSP, 02 pelo PCB e 01 pelo PRP, resultado que aponta para um equilíbrio de forças entre os dois principais partidos contendores. O candidato mais votado foi José Valdemar de Alcântara e Silva do PSD com 5.375 votos. Franklin Gondim Chaves obteve 4.127; Joel Marques, 3.809; Almir Santos Pinto, 3.356; Manoel de Castro Filho, 3.041; e José Napoleão de Araújo, 2.781 (Quadro 1).

Nas eleições de 1950, com 475.464 votantes, a situação se inverteu, tendo sido vitorioso ao pleito de governador Raul Barbosa, candidato do PSD, em coligação com PSP e PR, com 54,80% dos votos contra 45,20% do candidato da UDN, Edgar de Arruda, que lançou uma candidatura pura. O PSD conseguiu emplacar também seu candidato ao Senado, Onofre Gomes, que venceu a disputa com Fernandes Távora da UDN, que tentava a reeleição (Tabela 01).

Em compensação, para as 45 vagas de deputado estadual, 21 foram conquistadas pela UDN, 17 pelo PSD, 04 pelo PSP, 02 pelo PR e 01 pelo PTB. O candidato mais votado foi Raimundo Elísio Frota Aguiar do PSD com 6.438 votos. Franklin Gondim

**Tabela 1:** Resultado para Governo e Senado nas eleições de 1947, 1950, 1954, 1958 e 1962

**Table 1:** Results for the Government and Senate in the 1947, 1950, 1954, 1958 and 1962 elections

ANO	CARGO	CANDIDATO/PARTIDO	VOTAÇÃO/%
1945	Governo	Faustino Albuquerque - UDN	147.911 / 54,23%
		Onofre Gomes - PSD	124.852 / 45,77%
	Senado	Fernandes Távora - UDN	135.22 / 50,95
		Menezes Pimentel - PSD	111.323 / 41,94%
1950	Governo	César Cals - PTB	18.867 / 7,11%
		Raul Barbosa - PSD	249.132 / 54,80%
	Senado	Edgar de Arruda - UDN	205.453 / 45,20%
		Onofre Gomes - PSD	236.705 / 53,84%
1954	Governo	Fernandes Távora - UDN	266.168 / 50,82%
		Armando Falcão - PSD	257.567 / 49,18%
	Senado	Fernandes Távora - UDN	265.490 / 26,22%
		Parsifal Barroso - PTB	258.728 / 25,56%
		Olavo Oliveira - PSP	252.633 / 24,96%
		Raul Barbosa - PSD	235.404 / 23,26%
1958	Governo	Parsifal Barroso - PTB	279.449 / 52,96%
		Virgílio Távora - UDN	248.241 / 47,04%
	Senado	Menezes Pimentel - PSD	266.692 / 52,87%
		Olavo Oliveira - PSP	237.720 / 47,13%
1962	Governo	Virgílio Távora - UDN	371.466 / 69,33%
		Adail Cavalcanti - PTB	164.295 / 30,67%
	Senado	Wilson Gonçalves - PSD	303.955 / 34,60%
		Carlos Jereissati - PTB	230.333 / 26,22%
		Tancredo de Alcântara - PSD	223.056 / 25,40%
		Olavo Oliveira - PTB	121.068 / 13,78%

Fonte: Tribunal Eleitoral Regional – Ceará. Elaboração do autor

**Quadro 1:** Votação obtida nas eleições de 1947

**Chart 1:** Vote obtained in the 1947 elections

Candí dato/ Partid o	José Valdemar de Alcântara e Silva (candidato mais votado) - PSD	Almir Santos Pinto - PSD	Franklin Gondim Chaves - PSD	Joel Marques - PSD	José Napoleão de Araújo - UDN	Manoel de Castro Filho - UDN
Votaç ão	5.375	3.356	4.127	3.809	2.781	3.041

Fonte: Tribunal Eleitoral Regional – Ceará. Elaboração do autor

Chaves teve 6.282; Manoel de Castro Filho, 6.077; Almir Santos Pinto, 5.847; Joel Marques, 5.088; e José Napoleão de Araújo, 4.385 (Quadro 2).

Nas eleições de 1954, com 553.966 votantes, ocorreu nova inversão, com a vitória apertada para governador de Paulo Sarasate da UDN em coligação com PTB, que indicou o vice-governador, e PR, com 50,82% dos votos contra 49,18% conquistados por Armando Falcão do PSD junto com o PSP. A coligação UDN-PTB-PR emplacou também seus dois candidatos ao Senado, Fernandes Távora (UDN) e Parsifal Barroso (PTB) (Tabela 01).

**Quadro 2:** Votação obtida nas eleições de 1950**Chart 2:** Vote obtained in the 1950 elections

Candi- dato/ Partid- o	Raimundo Elisio Frota Aguiar (candidato mais votado) - PSD	Almir Santos Pinto - PSD	Franklin Gondim Chaves- PSD	Joel Marques- PSD	José Napoleão de Araújo - UDN	Manoel de Castro Filho- UDN
Votação	6.438	5.847	6.282	5.088	4.385	6.077

Fonte: Tribunal Eleitoral Regional – Ceará. Elaboração do autor

**Quadro 4:** Votação obtida nas eleições de 1958**Chart 4:** Vote obtained in the 1958 elections

Candi- dato/ Partid- o	Carlos Mauro Cabral Benevides (candidato mais votado) - PSD	Almir Santos Pinto- PSD	Franklin Gondim Chaves- PSD	Joel Marques- PSD	José Napoleão de Araújo - UDN	Manoel de Castro Filho- UDN
Votação	10.340	6.580	6.174	6.738	5.015	7.818

Fonte: Tribunal Eleitoral Regional – Ceará. Elaboração do autor

Na Assembleia Legislativa, o resultado foi de empate entre o PSD e a UDN, elegendo cada um 15 deputados. Foram eleitos ainda 08 do PSP e 07 do PTB. O deputado mais votado foi Paulo Cabral de Araújo da UDN com 11.420 votos. Manoel de Castro Filho obteve 9.139; José Napoleão de Araújo, 6.176; Franklin Gondim Chaves, 6.124; Almir Santos Pinto, 5.980; e Joel Marques, 5.742 (Quadro 3).

Nas eleições de 1958, com 569.064 votantes, a polaridade entre UDN e PSD se quebrou, com a eleição de Parsifal Barroso para o Governo do Estado e Wilson Gonçalves para vice, ambos do PTB, em coligação com PSD e PRP. Barroso obteve 52,96% dos votos contra os 47,04% de Virgílio Távora da UDN em coligação com PSP, PR e PRT (Tabela 01). Para a Assembleia, o PSD elegeu 16 deputados, a UDN 15, o PSP 08, o PTB 08 e o PRT 06. O deputado mais votado foi Carlos Mauro Cabral Benevides do PSD com 10.340 votos. Manoel de Castro Filho obteve 7.818; Joel Marques, 6.738; Almir Santos Pinto, 6.580; Franklin Gondim Chaves, 6.174; e José Napoleão de Araújo, 5.015 (Quadro 4).

Nas eleições de 1962, com 641.780 votantes, o contexto cearense destoou do cenário nacional com uma improvável

aliança entre UDN e PSD costurada pelo candidato udenista Virgílio Távora. A coligação, que incluiu ainda o PTN, foi nomeada sugestivamente de "Aliança União pelo Ceará" e disputou com o candidato situacionista Adail Cavalcanti do PTB em coligação com PDC. Ao final, Távora obteve 69,33% dos votos contra 30,67% de Cavalcanti (Tabela 01).

Tratou-se de uma jogada política vitoriosa também no âmbito do Legislativo estadual, pois, das 65 vagas em disputas, a Aliança conseguiu 34, o PTN 09, o PTB 09, o PSP 04, o PST 04, o PRP 03 e o PDC 02. O deputado mais votado foi novamente Carlos Mauro Cabral Benevides do PSD com 10.834. Joel Marques teve 7.236; Manoel de Castro Filho, 7.203; Franklin Gondim Chaves, 5.528; Almir Santos Pinto, 5.470 e José Napoleão de Araújo, 4.572 (Quadro 5).

Como se observa, havia uma disputa equilibrada entre a UDN e o PSD, os dois principais partidos nacionais, na política cearense, como revela a alternância no Governo do Estado, com exceção da vitória do PTB em 1958. O sucesso de um ou de outro, como ressalta Raulino Pessoa Júnior (2011), dependia da formação de coligações que funcionavam como "fiel da balança". Nas eleições de 1947 e 1950, esse foi o papel do PSP; em 1954 foi do PTB; e em 1958, do PSD. Em 1962, Távora desempenhou, ele próprio, a função de "fiel da balança" ao unir elites políticas historicamente adversárias (UDN e PSD) contra uma facção ascendente, liderada pelo senador Carlos Jereissati do PTB, partido que vinha crescendo em termos eleitorais no âmbito nacional<sup>11</sup>.

Na comparação entre as performances eleitorais dos agentes analisados e a quantidade de votantes em cada eleição, percebe-se uma homogeneidade entre eles, com diferença de 0,4% a 0,6% entre o mais e o menos votado de cada pleito. Desse modo, em 1947, Franklin Gondim Chaves, o mais votado entre os cinco, obteve 1,4% dos votos e José Napoleão de Araújo, o menos votado, 0,9%. Situação quase idêntica à da eleição seguinte, em 1950, quando Chaves conquistou 1,3% e Araújo

**Quadro 3:** Votação obtida nas eleições de 1954**Chart 3:** Vote obtained in the 1955 elections

Candi- dato/ Partid- o	Paulo Cabral de Araújo (candidato mais votado) - UDN	Almir Santos Pinto – PSD	Franklin Gondim Chaves- PSD	Joel Marques- PSD	José Napoleão de Araújo - UDN	Manoel de Castro Filho- UDN
Votação	11.420	5.980	6.124	5.742	6.176	9.139

Fonte: Tribunal Eleitoral Regional – Ceará. Elaboração do autor

<sup>11</sup> A noção de notabilidade ou de notável é utilizada por Reis e Grill, a partir de Weber, para se referir àqueles que convertem "a estima decorrente da sua origem social, da sua fortuna ou de recursos passíveis de serem distribuídos aos seus seguidores em posição de poder" (Reis e Grill, 2015, p. 333), mas de modo a contemplar não apenas o nobre que vive "para" e não "da" política (Weber, 1974), mas também os "novos notáveis", "agentes específicos que conseguem reunir e mobilizar suportes de reputação pessoal em domínios e lógicas específicos ou múltiplos" (Reis e Grill, 2015, p. 333).

**Quadro 5:** Votação obtida nas eleições de 1962

**Chart 5:** Vote obtained in the 1962 elections

Candidato/Partido	Carlos Mauro Cabral Benevides (candidato mais votado) – PSD	Almir Santos Pinto - PSD	Franklin Gondim Chaves-PSD	Joel Marques-PSD	José Napoleão de Araújo- PSD	Manoel de Castro Filho- PSD
Votação	10.834	5.470	5.528	7.236	4.572	7.203

Fonte: Tribunal Eleitoral Regional – Ceará. Elaboração do autor

0,9%. Em 1954, foi a vez de Manoel de Castro Filho assumir a liderança alcançando 1,6% dos votos e Almir Santos Pinto e Joel Marques empataram no último lugar com 1%. Em 1958, Castro Filho manteve a liderança com 1,3% e Araújo voltou à última colocação com 0,8%. Por fim, em 1962, Castro Filho dividiu o posto de mais bem votado com Marques, ambos alcançando 1,1%, e Araújo permanece como o mesmo votado com 0,7%. Mesmo comparando o pior dos índices em todos os pleitos, os 0,7% dos votos alcançados por José Napoleão em 1962, com o melhor resultado, o de Manoel de Castro Filho em 1954, com 1,6% do total do votos, a diferença é de 0,9% (Tabela 2).

Quando as performances eleitorais são comparadas entre si, se depreende que predomina um equilíbrio nos percursos. O mais homogêneo é o de Almir Santos Pinto, sempre ocupando posições intermediárias (3º. e 4º. posições). Também os de José Napoleão Araújo, com exceção da eleição de 1954, e de Manoel de Castro Filho, com exceção de 1947, se revelam bastante estáveis, sendo o primeiro o menos votado dos cinco e o segundo ocupando as primeiras colocações. Franklin Gondim Chaves começa ocupando o primeiro lugar nas eleições de 1947 e 1952, para depois seguir nos intermediários (3º. e 4º.). Joel Marques é único que se revela instável em sua capacidade de angariar votos, ocupando quase todas as posições.

**Tabela 2:** Percentual de votos dos deputados em comparação com o universo de votantes

**Table 2:** Percentage of votes of deputies compared to the universe of voters

Partido	PSD			UDN			
	Ano	Votantes (100%)	Almir Santos Pinto/% dos votos	Franklin Gondim Chaves/% dos votos	Joel Marques/% dos votos	José Napoleão de Araújo/% dos votos	Manoel de Castro Filho/% dos votos
	1947	279.597	1,2%	1,4%	1,3%	0,9%	1%
	1950	475.464	1,2%	1,3%	1%	0,9%	1,2%
	1954	553.966	1%	1,1%	1%	1,1%	1,6%
	1958	569.064	1,1%	1%	1,1%	0,8%	1,3%
	1962	641.780	0,8%	0,8%	1,1%	0,7%	1,1%

Fonte: Tribunal Eleitoral Regional – Ceará. Elaboração do autor

O que se pode deduzir da Tabela 2 é que havia uma fragmentação de votos, ou seja, muitos candidatos, vitoriosos ou não, conquistando ou “fazendo” eleitores a cada eleição, de modo que mesmo os políticos que se comprovaram competitivos ao longo do período em análise não conseguiram se destacar com grandes votações.

Por fim, é possível identificar as bases eleitorais dos candidatos por meio de sua votação em cada município. Infelizmente, o Tribunal Eleitoral Regional só disponibiliza esses dados para a eleição de 1951, o que inviabiliza uma análise longitudinal. Destacando as três votações mais expressivas de cada um dos agentes, e ainda a votação que receberam na capital, Fortaleza, tem-se o seguinte resultado:

O que se depreende da Tabela 3 é que três dos agentes têm seus votos concentrados em um município. Os dois que não se enquadram nessa realidade, Franklin Gondim Chaves e Manoel de Castro Filho, disputam uma mesma base eleitoral estratégica, como se verá na próxima seção, que é Limoeiro do Norte, conjuntura que os conduz ao estabelecimento de redutos eleitorais secundários: Pereiro, no caso de Chaves, e Morada Nova, no caso de Castro Filho. Ainda assim, no caso do segundo, a distância entre os dois municípios onde recebe suas mais expressivas votações é de apenas 39 km e fazem parte da mesma microrregião, a do Baixo Jaguaribe.

Outra constatação é que nenhum obteve votação expressiva em Fortaleza. Mesmo Joel Marques que conquistou na capital sua terceira maior votação, ela corresponde apenas a 12% da que alcançou em Tauá. Isso indica que o eleitorado que os

**Tabela 3:** Resultado por candidato e município

**Table 3:** Results by candidate and municipality

Candidato	Município	Voto	Município	Voto	Município	Voto	Município	Voto
Almir Santos Pinto / PSD	Maranguape	4.305	Pacoti	291	Aracoiaba	597	Fortaleza	230
Franklin Gondim Chaves / PSD	Limoeiro	3.144	Pereiro	1.825	Pacajus	378	Fortaleza	282
Joel Marques / PSD	Tauá	3.430	Fortaleza	414	Independência	374	Fortaleza	414
José Napoleão de Araújo / UDN	Brejo Santo	2.316	Milagres	916	Missão Velha	889	Fortaleza	09
Manoel de Castro Filho / UDN	Limoeiro	2.881	Morada Nova	2.693	Pacajus	137	Fortaleza	42

Fonte: Tribunal Eleitoral Regional – Ceará. Elaboração do autor

sustentava não era composto majoritariamente pelos perfis ocupacionais (operários, comerciários, profissionais liberais, funcionários públicos qualificados etc) presentes em maior número nas cidades com alguma densidade demográfica. Naquele período, a capital era a única no estado que podia receber essa qualificação, não apenas por possuir a maior população, mas por sediar, como centro administrativo e econômico, instituições e equipamentos públicos e privados nos diversos setores<sup>12</sup>.

Por outro lado, os habitantes das sedes dos demais municípios não podiam ser qualificados como "tipicamente rurais", ainda que não fossem "tipicamente urbanos", a votarem em candidatos das facções de "típicas elites rurais" (Santos, 1977). É preciso considerar que as cidades, mesmo as pequenas, sediavam a reduzida burocracia municipal e as representações de órgãos estaduais, possuíam uma economia local com comércio e, em alguns casos, representação de bancos e indústrias. Em muitas, havia instituições de ensino secundário, equipamentos e organizações socioculturais (cinema, teatro, clubes, associações claudasistas, lojas maçônicas, círculos operários etc) e religiosas (igreja matriz, convento, seminário etc). Esses elementos relativizam o quadro composto por uma população pobre e isolada do mundo à mercê de uma elite formada unicamente por grandes proprietários rurais.

Na seção seguinte, se analisa a trajetória dos deputados e o tipo de recursos (econômicos, políticos, sociais e simbólicos) que cada agente foi acumulando e empregando em suas carreiras. O propósito é ampliar a investigação sobre a competitividade dos agentes a partir de uma base de dados qualitativos, relacionando-os com os resultados obtidos acima.

### 3. A competitividade eleitoral: o que dizem as trajetórias

Como os agentes analisados conseguiram garantir suas performances eleitorais em um processo competitivo? Que tipo de recursos conquistaram em suas trajetórias e mobilizaram em suas eleições? Apresenta-se, a seguir, uma breve biografia de cada agente até 1962 e, na sequência, o quadro sociográfico (Quadro 6) elaborado com as seguintes variáveis: local e data de nascimento; ascendência familiar; formação secundária; formação superior; atuação profissional; atuação política prévia a 1947; posições de poder na Assembleia Legislativa; recursos simbólicos (produção intelectual, títulos e premiações); e atuação filantrópica e/ou claudasista.

Almir Santos Pinto (PSD) nasceu em 1913 em Lavras da Mangabeira. Bisneto do Major Idelfonso Correia e Fiderali-

na Augusto Lima, importante matriarca e "coronela" da cidade, tradicional família de políticos da região sul do Ceará, com atuação destacada no poder legislativo. O casal teve três filhos e cinco bisnetos legisladores, seja no âmbito municipal, estadual ou federal, o que revela a capacidade familiar de reproduzir seu patrimônio político, adaptando-se às novas lógicas do poder ao longo do tempo. Médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1936, Almir Pinto regressou ao Ceará em 1937. Iniciou sua atividade clínica em Maranguape onde atuou no Instituto Carneiro de Mendonça, nomeado pelo interventor Menezes Pimentel, a quem se ligou politicamente. Tornou-se 2º Tenente Médico da Reserva, em 1942. Ingressou na política em 1944 como prefeito de Maranguape nomeado pelo interventor Manuel Antônio de Andrade Furtado. Além da carreira na Assembleia Legislativa, da qual foi presidente em 1959, foi nomeado em 1947 secretário de Polícia e Segurança Pública no governo de Parsifal Barroso do PTB.

Franklin Gondim Chaves (PSD) nasceu em 1908 em Fortaleza, mas sua família tinha atuação política e econômica em Limoeiro do Norte. Seu avô, Coronel Serafim Tolentino, e seu tio, Leonel Serafim Freire Chaves, foram deputados. Em 1923, devido às dificuldades financeiras do pai, pequeno sitiante na capital, interrompeu os estudos para empregar-se na empresa do irmão José Chaves em Limoeiro, desenvolvendo, a partir de então, atividades no comércio varejista, na indústria de extração de óleo de oiticica e de descaroçamento de algodão e na agropecuária. Mesmo sem formação superior, destacou-se como educador, idealizando, fundando e presidindo diversas instituições de cunho sócio-educacional e religioso. Em 1959, recebeu a Medalha Comemorativa do Centenário de Nascimento de Clóvis Beviláqua, concedida pelo ministro da Educação e Cultura Clóvis Salgado. Envolveu-se com o integralismo, tendo fundado em Limoeiro o núcleo municipal da Ação Integralista Brasileira (AIB). Sua entrada na política se deu em 1935 como vereador na Câmara Municipal de Limoeiro, da qual foi presidente, mesmo ano em que seu irmão foi eleito prefeito da cidade, ambos pela Liga Eleitoral Católica (LEC), ligada à cúpula da Igreja e aos integralistas. Foi primeiro vice-presidente da Assembleia em 1960, além de ter participado de várias comissões técnicas e presidido as Comissões de Finanças e de Divisão Territorial do Estado. Era o representante da Assembleia junto ao Conselho Estadual de Economia e do Governo do Estado junto ao Conselho Deliberativo da SUDENE. Foi o relator da Proposta Orçamentária do Estado em todas as suas legislaturas.

Joel Marques (PSD) nasceu em Tauá em 1901. Comerciante desde os 17 anos e posteriormente fazendeiro e industrial na área de beneficiamento de algodão. Foi casado por duas vezes

<sup>12</sup> Segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, as taxas de urbanização do estado nos anos 1950 e 1960 eram, respectivamente, 25,2% e 33,3% e a densidade demográfica era 18,4 e 22,5 (hab/km<sup>2</sup>). Disponível em [http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara\\_em\\_numeros/2005/PDFs/2%20Desenvolvimento%20Humano%20Social/3%20populacao.pdf](http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara_em_numeros/2005/PDFs/2%20Desenvolvimento%20Humano%20Social/3%20populacao.pdf). Acesso em 28.maio.2020. De acordo com o IBGE, o número de habitantes de Fortaleza era 270.169 em 1950 e 514.818 em 1960, respectivamente 10% e 15,4% da população do estado. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/sinopse/>. Acesso em 28.maio.2020.



com integrantes da família Alexandrino, com a qual mantinha laços políticos. Era ligado também ao interventor do estado, Menezes Pimentel. Entrou na política em 1928, elegendo-se prefeito de seu município, cargo que ocupou diversas vezes, seja por eleição, seja por nomeação, até 1942 quando se transferiu para Fortaleza e estabeleceu sua firma comercial, deixando com o irmão Sebastião Marques a liderança da política local. Exerceu cargos em associações classistas e, de 1943 a 1946, fez parte da Comissão Estadual de Preços, tendo sido por duas vezes seu presidente. Em 1946, foi eleito presidente do Sindicato dos Atacadistas de Gêneros Alimentícios. Como deputado, foi membro da Comissão de Saúde Pública e Assistência Social.

José Napoleão de Araújo (UDN) nasceu em 1910 em Brejo Santo. Filho do fazendeiro e liderança política Napoleão de Araújo Lima, este casado com a filha do coronel Manoel Inácio Bezerra, de quem herdou as terras. Ingressou em 1923 no Seminário do Crato, no qual permaneceu até 1925, e no ano seguinte foi para Fortaleza, onde estudou no colégio Marista e no Liceu. cursou Medicina em Salvador e em 1936, logo após a formatura, regressou ao Ceará onde atuou como médico no interior do estado. Sua entrada na política se deu como deputado estadual em 1947, quando foi escolhido vice-presidente da Assembleia Constituinte, optando depois pelo cargo de primeiro secretário. Foi presidente da Assembleia em 1956, suplente da Mesa Diretora em 1962 e atuou como membro da Comissão de Saúde Pública e Assistência Social. Era membro do diretório estadual da UDN.

Manoel Castro Filho (UDN) nasceu em 1912 em Morada Nova. Era filho do coronel Manuel Castro Gomes de Andrade, agropecuarista e proprietário de diversas fazendas. Em 1929, veio para Fortaleza onde estudou nos colégios Castelo Branco e São João. Em 1934, entrou para a Faculdade de Direito tendo se diplomado em 1938. Dedicou-se à advocacia, transferindo sua residência para Limoeiro do Norte, município do qual foi nomeado juiz eleitoral em 1945. Na cidade, ligou-se à família Oliveira, rival dos Chaves. Conhecido pela alcunha de "Cacique do vale", em referência à região do vale do Jaguaribe, sua base eleitoral, ou "Cacique do sertão", sua entrada na política se deu como deputado estadual em 1947. Foi membro da Comissão de Segurança Pública.

Com esses dados biográficos dispostos em variáveis no quadro sociográfico (Quadro 6), percebe-se que todos os agentes descendem de famílias detentoras de recursos políticos, econômicos e, conseqüentemente, sociais, ainda que no caso de Joel Marques a entrada no grupo familiar tenha se dado via matrimônio. Há ainda o caso de Manoel de Castro Filho, filho de "coronel" e latifundiário em Morada Nova, que agregou trunfos familiares ao se associar com os Oliveira, atuantes em Limoeiro. Percebe-se aqui o papel central dessa instituição mesmo quando não se trata necessariamente de "família de políticos", mas sim de "família com posses econômicas", que podem ser reconvertidas em recursos políticos. Como ressaltam Reis e Grill (2017), se em períodos de disputas democráticas, com intermediações mais diversificadas, os trunfos ligados à família encontram um ambiente menos propício à sua reprodução, isso não significa que haja uma total inibição desse processo. O que demonstrou ser o caso cearense.

Quando são cruzadas as trajetórias com a distribuição de votos pelos municípios (Tabela 3), entende-se a ausência de votação expressiva em Fortaleza por parte dos deputados. Primeiro porque não nasceram na capital, com exceção de Franklin Gondim Chaves. Mesmo este se transferiu muito jovem para a terra natal de sua família para trabalhar na empresa do irmão. Segundo porque, mesmo que alguns tenham feito sua formação secundária e superior em Fortaleza, todos atuaram profissionalmente e constituíram seus diversos laços sociais em outros municípios. No caso de Joel Marques, quando se transferiu para a capital em 1942, sua carreira política e econômica em Tauá já se encontrava estabelecida e, ainda assim, deixou um preposto para garantir seu grupo local. O fato de participar ativamente de várias associações classistas sediadas na capital é uma das causas de ter sido o único entre os agentes a alcançar na cidade uma de suas três votações mais expressivas.

Fora Almir Santos Pinto, nascido em Lavras da Mangabeira e com base eleitoral em Maranguape onde atuou como médico, os demais se estabeleceram politicamente onde se radicavam seus grupos familiares: Franklin Chaves em Limoeiro, Joel Marques em Tauá, José Napoleão de Araújo em Brejo Santo e Manoel de Castro Filho em Morada Nova e Limoeiro. No caso do último, mesmo disputando com Chaves em Limoeiro, o fato de agregar à sua base outro município, além daquele natal (ver Tabela 3), lhe rendeu mais competitividade, tendo ocupado as melhores posições no ranking entre os cinco deputados.

Nesses municípios os agentes investiram seus recursos, os herdados e os amealhados, por meio do que Bourdieu denomina de "estratégias de investimento econômico no sentido amplo do termo", ou seja, estratégias que visam "a perpetuação ou o aumento do capital em suas diferentes espécies" (Bourdieu, 1994, p. 06). No caso em análise destacam-se aquelas voltadas para os recursos econômico (*stricto sensu*), político e social. Isto não significa a exclusão de outros tipos de estratégias, como a escolar ou a matrimonial, posto que constituem um sistema onde uma funciona como suplemento de outra.

Contudo, é possível afirmar que nenhum dos agentes possuía multinotabilidade, no sentido de alcançar reputação em vários domínios (ver nota 9). Eram profissionais liberais ou empresários que não se destacaram (como médico, advogado ou empreendedor) entre os seus colegas em âmbito estadual e muito menos nacional, ainda que tenham conseguido, por meio de suas ocupações, tecer redes de relações sociais prontamente mobilizadas em suas campanhas políticas.

Talvez com exceção de Chaves com sua atuação multiposicional em domínios sócio-educacionais, culturais e religiosos, investimento reconhecido e legitimado com a medalha recebida do Ministério da Educação e Cultura, os demais agentes também não se notabilizaram como intelectuais, elaboradores e/ou produtores de bens simbólicos, mesmo em suas áreas de formação e atuação (direito e medicina) ou no campo literário (ficcional e memorialístico) ou ainda no jornalístico e no educacional (seja secundário, seja superior), domínios nos quais podiam empregar a "palavra", recurso privilegiado, desde o Império, para entrar e

**Quadro 6:** Sociografia dos deputados**Chart 6:** Sociography of deputies

Nome /Partido	Local / Data de nascimento	Ascendência familiar	Formação secundária	Formação superior	Atuação profissional	Atuação política prévia	Cargos na Assembleia Legislativa	Recursos simbólicos	Atuação filantrópica e/ou classista
Almir Santos Pinto / PSD	Lavras da Mangabeira / 1913	Família de políticos da região sul do Ceará		Faculdade de Medicina da Bahia	Instituto Carneiro de Mendonça; Tenente Médico da Reserva	Prefeito de Maranguape	Presidente (1959)		
Franklin Gondim Chaves / PSD	Fortaleza / 1908	Família com atuação política e econômica em Limoeiro do Norte			Comerciante, industrial e agropecuarista	Vereador e presidente da Câmara Municipal de Limoeiro (1935); Militante da Ação Integralista Brasileira e da Liga Eleitoral Católica	Primeiro vice-presidente (1960); Membro de comissões técnicas; Presidente das Comissões de Finanças e de Divisão Territorial do Estado; Relator da Proposta	Medalha Comemorativa do Centenário de Nascimento de Clóvis Beviláqua (Ministério da Educação e Cultura)	Presidente e/ou fundador de diversas instituições de cunho sócio-educacional e religioso
							Orçamentária do Estado nas cinco legislaturas		
Joel Marques / PSD	Tauá / 1901	Ligação por matrimônio com família tradicional na política de Tauá			Comerciante, industrial e agropecuarista	Prefeito de Tauá em diversas ocasiões por eleição ou indicação	Membro da Comissão de Saúde Pública e Assistência Social		Associação dos Merceeiros; Federação das Associações do Comércio, Indústria e Agropecuária do Ceará; Comissão Estadual de Preços; Sindicato dos Atacadistas de Gêneros Alimentícios
José Napoleão de Araújo / UDN	Brejo Santo / 1910	Família de lideranças políticas em Brejo Santo	Seminário do Crato / Colégio Marista e Liceu (Fortaleza)	Faculdade de Medicina da Bahia	Clínica no interior do estado	Membro do Diretório Estadual da UDN	Primeiro Secretário (1947); Presidente (1956); Suplente da Mesa Diretora (1962); Membro da Comissão de Saúde Pública e Assistência Social		
Manoel de Castro Filho	Morada Nova/1912	Filho de grande proprietário ("coronel") de Morada Nova	Colégios Castelo Branco e São João (Fortaleza)	Faculdade de Direito do Ceará	Advogado e Juiz Eleitoral (1945) em Limoeiro		Membro da Comissão de Segurança Pública		

Fonte: CEARÁ (2009). Elaboração do autor

construir carreira na política, como demonstram, entre outras, as pesquisas de Carvalho (2006) e Reis e Grill (2015).

A ausência de múltiplas notabilidades corresponde aos tipos de recurso que os agentes puderam contar como herança, posto que nenhum deles possuía ascendentes reconhecidos por sua atuação profissional e intelectual. Só restavam aos herdeiros mobilizar o espólio econômico, social e político familiar e investir nesses mesmos domínios em direção a suas "aptidões" e "destinos" correlatos (Reis e Grill, 2017). Daí o uso de táticas que requeriam aqueles tipos de recurso (social, político e econômico) como, por exemplo, "fazer eleitores", que exigia do candidato acionar suas redes sociais e políticas e financiar o necessário em termos de transporte, alimentação e hospedagem para garantir a votação de seu eleitorado<sup>13</sup>.

Quanto à entrada na política, os deputados do PSD ocuparam cargos no poder executivo ou legislativo locais, por eleição ou indicação, após a Revolução de 1930, antes de serem eleitos para a Assembleia Legislativa. Já os da UDN não vivenciaram um processo de profissionalização anterior e tiveram uma entrada lateral com as eleições em 1947. Contudo, não é possível estabelecer uma relação causal entre carreira política prévia e performance eleitoral, pois se Araújo era o menos votado dos cinco, Castro ocupava as primeiras colocações. Também não é viável, a partir dos dados coletados, traçar considerações sobre esta diferença entre PSD e UDN, se era uma característica da dinâmica destes partidos no Ceará ou se referia à forma específica de recrutamento destes agentes na lógica política municipal.

O certo é que, uma vez deputado, todos souberam conquistar posições relevantes na hierarquia interna de poder, ocupando a Presidência da Assembleia ou outros cargos na Mesa Diretora e nas comissões estratégicas, o que rendia trunfos políticos (controle da pauta, condução das votações, indicações partidárias etc), econômicos (atendimento a demandas dos municípios, disponibilidade de cargos por indicação etc)<sup>14</sup> e sociais (acesso a novas esferas de sociabilidade na capital com consequente aumento de visibilidade na mídia, com destaque para as colunas sociais e políticas). Mesmo Araújo, o mais desprovido de capital eleitoral, ocupou postos de destaque como primeiro

secretário e presidente. Isto indica que a competição nas eleições internas à Assembleia não correspondia de forma homóloga àquela ocorrida na sociedade, pois era regida por outra lógica onde estavam em disputa não apenas os interesses de cada político, mas também dos partidos.

A ausência de multinotabilidade dos agentes analisados limitou o campo de possibilidades e apostas de suas carreiras políticas, tendo que se contentar com o âmbito do legislativo estadual ao longo de cinco eleições<sup>15</sup>, ao contrário de outros que, passando pela Assembleia, seguiram em trajetória ascendente ocupando cargo na Câmara Federal como deputado e/ou senador e/ou no executivo como governador ou ministro<sup>16</sup>. A manutenção da carreira de deputado estadual, pelo menos no período em análise, não exigia do agente uma diversificação de posições e muito menos de notabilidade<sup>17</sup>. Indício disto é o fato comum na época, segundo Olavo de Lima Júnior (1981), do candidato a este cargo recorrer à "cobertura" de algum deputado federal ou senador notável e de boa votação. Em outras palavras, o deputado estadual se beneficiava da notabilidade de outrem, o que lhe poupava, até certo ponto, deste tipo de investimento.

Os dados indicam, portanto, que, naquele nível de competição eleitoral, bastava mobilizar trunfos tradicionais do domínio simbólico<sup>18</sup>, além da violência física, que nunca podia ser descartada: redes de relações sociais personalizadas (favores, camaradagem, afetividade), as herdadas do grupo familiar e as conquistadas em outras frentes de sociabilidade, com destaque para aquelas obtidas no exercício, clientelista ou não, da profissão (médico, advogado, empresário); recurso econômico pessoal e/ou do grupo político-familiar para "fazer eleitor" em suas bases de votação; e recursos estatais destinados às bases eleitorais (territoriais e sociais) e acessados a partir dos mandatos legislativos.

## Conclusões

O artigo analisou os recursos mobilizados pelos cinco deputados estaduais do Ceará eleitos em todos os pleitos ocorridos

<sup>13</sup> Em suas observações sobre a política cearense, Aroldo Mota (1999) afirma que a partir das eleições de 1950 teve "início a influência do poder econômico na disputa" e os candidatos eram acusados de investir "muito dinheiro" durante o processo eleitoral.

<sup>14</sup> Os deputados atuavam como "mediadores" (Cintra, 1974) entre o eleitor e o governo, facilitando, por exemplo, o acesso aos serviços públicos, o que incluía, inclusive, uma "colocação" na máquina governamental.

<sup>15</sup> Não se está afirmando que estes agentes não tenham conseguido alcançar posições mais elevadas posteriormente, contudo, este fato, se ocorrido, requereria outras chaves analíticas pois o sistema político brasileiro se organizou, sob o regime militar, com outra lógica de recrutamento, de condicionantes, de valorização dos cargos e de concorrência exigindo dos agentes uma reconversão de capitais para se adequar ao novo modo de reprodução da política. Para uma análise dessas mudanças tendo como referência Minas Gerais ver Fleischer (1973).

<sup>16</sup> No período que vai de 1947 a 1974, o principal local de recrutamento de governadores e de ministros de Estado foi o poder legislativo estadual e, principalmente, federal (Nunes, 1978).

<sup>17</sup> Em estudo sobre a elite parlamentar cearense na Câmara Federal no período de 1945 a 1964, constatou-se que parte considerável dos agentes analisados detinha multinotabilidade, destacando-se como produtores de bens simbólicos (livros e artigos) e membros de instituições consagradas (academia de letras e instituto histórico) (Barbalho, 2020).

<sup>18</sup> Ao denominar esses recursos de tradicionais não se busca qualificá-los como extemporâneos e, dessa forma, exclusivos de sociedades atrasadas. Cesare Mattina (2004), por exemplo, analisou a mobilização deste mesmo tipo de recursos por parte de políticos notáveis em uma cidade francesa de grande porte (Marselha) nos anos 1970.

durante o período de 1945 a 1964, partindo do pressuposto de que se tratava do primeiro período do sistema político brasileiro no qual a competição eleitoral era regra e não exceção. A hipótese que orientou a pesquisa, a de que o sucesso desses agentes se devia ao fato de deterem multiposicionalidade e multinotabilidade, não se mostrou pertinente. Quem chegou mais próximo desta configuração foi Franklin Gondim Chaves, mas mesmo ele, como os demais, possuía base eleitoral limitada social e espacialmente e sem votação expressiva na capital, centro administrativo, político, econômico e cultural do estado, e, assim, *locus* privilegiado para a atuação em múltiplas posições e a correspondente conquista de notabilidades.

Esses agentes, nas apostas vitoriosas que fizeram em suas carreiras políticas, acionaram, basicamente, os recursos comuns à lógica da reprodução direta, ou seja, os econômicos, políticos e sociais herdados da família. O espólio era administrado e ampliado na trajetória de cada um no contexto de pequenos e médios municípios onde vigoravam arranjos híbridos dos domínios: o empreendimento econômico familiar era viável na medida da amplitude de relações sociais detidas pelo grupo, aportes [econômicos e sociais], por sua vez, fundamentais para o sucesso na carreira política que retroalimentava a cadeia. Em outras palavras, apesar da competitividade eleitoral, para a manutenção do cargo em um espaço intermediário da hierarquia do sistema político brasileiro (legislativo estadual), não se fez necessário ampliar os domínios de atuação e notabilidade, permanecendo a família e sua base territorial como componentes fundamentais.

Como conclusão secundária, a pesquisa referendou o pressuposto da competitividade eleitoral a partir do estudo de caso. As eleições cearenses, tanto para o executivo, quanto para o legislativo, foram bastante disputadas, sem correspondência entre o sucesso eleitoral estadual com o contexto nacional. Em 1947, o presidente da República era do PSD e o governador e o senador eleitos no Ceará eram da UDN, o que não garantiu a este partido, contudo, a conquista da maioria na Assembleia Legislativa. O mesmo descompasso ocorreu nas outras quatro, inclusive com situações inusitadas quando comparadas com o âmbito federal, como a coligação entre UDN e PSD. No que diz respeito aos deputados analisados, os dados quantitativos mostram que havia uma homogeneidade entre eles no que se refere ao número de votos recebidos, ao mesmo tempo que não distavam dos campeões de votação, sinalizando uma distribuição equilibrada dos votantes entre vários candidatos, eleitos ou não, e a disputa entre si.

## Referências bibliográficas

- ASTURIAN, M. 2019. *O Rio Grande do Sul dividido: conflitos políticos eleitorais entre pessedistas e petebistas para o governo estadual*. São Leopoldo, RS. Tese de Doutorado em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, 278 p.
- BARBALHO, A. 2020. Oligarcas e modernizantes? Análise prosopográfica da elite parlamentar cearense no Congresso Nacional nos anos 1940. *Raizes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, 40(1): 24-43. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2020.v40.666>
- BARREIRA, I. 1994. Modernização política e questão social - diagramas do poder local. *CRH*, Salvador, 7(20): 55-73. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v7i20.18788>
- BARTOLINI, S. 1999. Collusion, Competition and Democracy: Part I. *Journal of Theoretical Politics*, 4 (11): 435-470. DOI: <https://doi.org/10.1177/0951692899011004001>
- BOLTANSKI, L. 2005. Usos fracos e usos intensos do habitus. In: P. ENCREVÉ; R-M. LAGRAVE (org) *Trabalhar com Bourdieu*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005, p. 155-165.
- BOURDIEU, P. 1994. Stratégies de reproduction et modes de domination. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 105: 03-12. DOI: <https://doi.org/10.3406/ars.1994.3118>
- CANÊDO, L. 2002. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). *Pro-Posições*, 13(2):169-198.
- CARVALHO, J. M. 2006. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CEARÁ. Assembleia Legislativa do Estado. 2009. *Deputados Estaduais: 16a legislatura 1963-1966*. Fortaleza, INESP, 120p.
- CHAVES, E. 2008. Centenário de nascimento de Franklin Gondim Chaves. *Revista do Instituto do Ceará*: 323-340.
- CINTRA, A. O. 1974. A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia. In: J. BALÁN (org.), *Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro*, São Paulo, Difel, p. 29-78.
- CODATO, A. 2008. A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 16(30): 89-105. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000100007>
- CODATO, A.; PERISSINOTTO, R. 2009. Marxismo e elitismo. Dois modelos antagônicos de análise social? *RBCS*, São Paulo, 24(71): 143-195. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092009000300010>
- FERNANDES, C. 2002. *História da UDN nas eleições em Goiás*. Goiânia, GO. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás - UFG, 144 p.
- FIGUEIREDO, A. C. 2007. Government Coalitions in Brazilian democracy. *Brazilian Political Science Review*, 1 (2): 182 - 216
- FLEISCHER, D. 1973. O trampolim político: mudanças nos padrões de recrutamento político em Minas Gerais, R. *adm. públ.*, Rio de Janeiro, 7(1): 99-116.
- \_\_\_\_\_. 1981. Dimensões do recrutamento partidário. In: D. FLEISCHER (org.), *Os partidos políticos no Brasil. Vol. 1*, Brasília, UNB, p. 45-62.
- GOMES, A. C.; FERREIRA, J. 2018. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. *Estudios del ISHIR*, 20: 53-74. DOI: <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2018.v24.20880>
- \_\_\_\_\_; ABREU, M. 2009. A nova "Velha" República: um pouco de história e historiografia. *Tempo*, 13(26): 01-14.
- LAHIRE, B. 2017. Os limites do conceito de campo. In: J. SOUZA; U. BITTLINGMAYER (org.), *Dossiê Pierre Bourdieu*, Belo Horizonte, UFMG, 256p.
- LEMENHE, A. 1996. *Família, tradição e poder*. O(caso) dos coronéis. São Paulo, AnnaBlume, 256p.
- LIMA JÚNIOR, O. 1981. O sistema partidário brasileiro, 1945-1962. In: D. FLEISCHER (org), *Os partidos políticos no Brasil. Vol. 1*. Brasília, UNB, p. 24-44.
- LIMONGI, F. 2015. Fazendo Eleitores e Eleições: Mobilização Política e Democracia no Brasil Pós-Estado Novo. *Dados*, 58 (2): 371-400. DOI: <https://doi.org/10.1590/00115258201547>
- \_\_\_\_\_. 2012. Eleições e Democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a Transição de 1945. *Dados*, 55(1): 37-69. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582012000100002>
- MACHADO, F. 2018. *Livre competição. Eleitores/as Livres? Um estudo*

- sobre democratização e o caso brasileiro. São Paulo, SP. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo – USP, 74 p.
- MATTINA C. 2004. Mutations des ressources clientélares et construction des notabilités politiques à Marseille (1970-1990). *Politix*, 17(67): 129-155. DOI: <https://doi.org/10.3406/polix.2004.1627>
- MOTA, A. 199. Governo do Ceará: quadriênio 1950 a 1954. *Revista do Instituto do Ceará*: 217-231.
- NUNES, E. 1978. Legislativo, Política e Recrutamento de elites no Brasil. *Dados*, 17: 68-83.
- OLIVEIRA, J. 2019. *Governismo, cédula e voto: alternativas golpistas à crise de 1954-1955*. São Paulo, SP. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo – USP, 117p.
- PARENTE, J. 2000. *A fé e a razão na política*. Conservadorismo e modernidade das elites cearenses. Fortaleza, UFC, 244p.
- PERISSINOTTO, R et al. 2017. Oligarquia Competitiva e Profissionalização Política: O Caso dos Senadores Brasileiros na Primeira República (1889-1934). *Dados*, 60(1), 2017: 79-110. DOI: <https://doi.org/10.1590/001152582017115>
- PESSOA JÚNIOR, R. 2011. *Entre as bases e o governo: trajetória política de deputados estaduais da região dos Inhamuns-CE (1970-2010)*. Fortaleza, CE. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará – UFC, 214p.
- PRZEWORSKI, A. 2015. Acquiring the Habit of Changing Governments Through Elections. *Comparative Political Studies* 2015, 48(1): 101-129. DOI: <https://doi.org/10.1177/0010414014543614>
- \_\_\_\_\_. Ama a incerteza e será democrático. 1984. *Novos Estudos Cebrap*, 09: 36-46.
- \_\_\_\_\_. et al. 1997. O que mantém as democracias? *Lua Nova*, 40-41: 113-135. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451997000200006>
- REIS, E.; GRILL, I. 2018. Dos Campos aos Domínios das “Elites” no Brasil. *Tomo*, 32:163-210. DOI: <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i32.8842>
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. 2017. Estudos de elites políticas e as bases das multino- tabilidades no Brasil. *Tempo Social*, 29(3): 137-159. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.125888>
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. 2015. Trajetórias de Multinotabilidades: Reconfigurações Históricas e Condicionantes Sociais das Inscrições Políticas e Culturais de Parlamentares Brasileiros. *Dados*, 58(2): 331-369. DOI: <https://doi.org/10.1590/00115258201546>
- RICCI, P.; ZULINI, J. 2014. Partidos, Competição Política e Fraude Eleitoral: A Tônica das Eleições na Primeira República. *Dados*, 57(2): 443-479. DOI: <https://doi.org/10.1590/0011-5258201414>
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. 2013. Quem ganhou as eleições? A validação dos resultados antes da criação da justiça eleitoral. *Revista de Sociologia e Política*, 21(45): 91-105. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000100008>
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. 2012. 'Beheading', Rule Manipulation and Fraud: The Approval of Election Results in Brazil, 1894-1930. *Journal of Latin American Studies*, 44: 495-521. DOI doi:10.1017/S0022216X12000764
- SANTOS, A. 2001. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: Tendências e descompassos. *Revista brasileira de ciências sociais*, 16(45): 69-83. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092001000100004>
- \_\_\_\_\_. 2000. *Não se fazem mais oligarquias como antigamente. Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1998]*. Porto Alegre, RS. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS, 257p.
- SANTOS, W. G. 1977. As Eleições e a Dinâmica do Processo Político Brasileiro. *Dados*, 14: 211-239. DOI: <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2019.v25.28740>
- SILVA, T.; SILVA, E. 2015. Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. *Rev. Sociol. Polit.*, 23(56): 75-106. DOI <https://doi.org/10.1590/1678-987315235604>
- VISCARDI, C. 2016. O Federalismo como Experiência: Campos Sales e as Tentativas de Estabilização da República. *Dados*, 59(4): 1169-1206. DOI: <https://doi.org/10.1590/001152582016110>
- \_\_\_\_\_. 2015. Voto, representação política e soberania popular na república brasileira. *Estudos Ibero-Americanos*, 41(1): 14-39. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2015.1.20448>
- \_\_\_\_\_; FIGUEIREDO, V. 2019. Eleições na Primeira República: uma abordagem alternativa acerca da participação popular. *Locus*, 25(2): 12-36. DOI: <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2019.v25.28740>
- WEBER, M. 1974. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 265p.

Submetido: 18/06/2020

Aceite: 23/07/2021